A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PARTICIPATIVA

DANIELA CARNEIRO LOPES

RESUMO
Em todas as regiões do globo, crianças são impedidas de frequentar as instituições educacionais apropriadas devido a limitações, etnia, linguagem, crença, sexo e carência financeira. Contudo, cada criança merece receber respaldo dos progenitores e da sociedade para amadurecer, adquirir conhecimento e evoluir nos primeiros anos e, ao alcançar a idade escolar, ingressar na escola e ser bem recebida e integrada por docentes e colegas. Quando todas as crianças, sem distinção, são educadas em conjunto, todos saem ganhando - esse é o alicerce da educação inclusiva. Educação inclusiva significa que estudantes distintos e diversos aprendem lado a lado na mesma sala de aula. Eles desfrutam de passeios e atividades extracurriculares em conjunto. Participam em conjunto das atividades do grêmio estudantil. E competem nos mesmos eventos e competições esportivas. A educação inclusiva enaltece a diversidade e as contribuições singulares que cada aluno traz para o ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças; Educação Inclusiva; Instituições Educacionais.

INTRODUÇÃO

Sistemas educacionais inclusivos promovem um ensino de maior qualidade para todas as crianças e são essenciais para transformar mentalidades discriminatórias. As instituições de ensino fornecem o ambiente para os primeiros contatos de uma criança com o mundo além de sua família, facilitando a formação de laços e interações sociais. O respeito e a compreensão crescem quando alunos com diversas habilidades e experiências brincam, interagem socialmente e aprendem juntos.

Uma educação que exclui e separa perpetua a discriminação contra grupos historicamente marginalizados. Com uma abordagem mais inclusiva na educação, também se promovem conceitos de engajamento cívico, empregabilidade e integração na comunidade. Atividades extracurriculares, apoio entre colegas ou intervenções especializadas requerem o envolvimento de toda a comunidade escolar trabalhando em conjunto.

A implementação da educação inclusiva não deve ser vista como uma medida de redução de despesas. Os governos precisam estar dispostos a investir recursos significativos desde o início nas reformas do sistema, como capacitação de professores e funcionários; aprimoramento da infraestrutura, materiais didáticos e equipamentos; e adaptação dos currículos para implantar com êxito a educação inclusiva. No entanto, ao eliminar a duplicação e os altos custos operacionais de sistemas separados, esses investimentos representam uma utilização eficaz e eficiente dos fundos, com potencial para elevar a qualidade do ensino para todos os alunos.

Os mecanismos de financiamento devem ser reestruturados para garantir que as escolas que acolhem alunos com necessidades especiais recebam os recursos financeiros adicionais necessários. Quando os alunos fazem a transição de escolas especiais para escolas convencionais, o financiamento também deve acompanhá-los.

CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Crianças com necessidades especiais têm uma probabilidade dez vezes menor de frequentar estabelecimentos educacionais em comparação com aquelas sem deficiência. Mesmo quando conseguem frequentar a escola, é mais provável que abandonem os estudos mais cedo, e a qualidade da educação que recebem geralmente é inferior à dos seus colegas sem deficiência.

Frequentemente, crianças com deficiência são impedidas de frequentar a escola devido à falta de estruturas escolares adequadas. Além disso, há uma compreensão limitada dentro de suas comunidades e entre os professores em relação às suas necessidades de aprendizagem, muitas vezes alimentada por preconceitos em relação à deficiência.

Educação inclusiva envolve a observação da forma como nossas escolas, salas de aula,

programas e aulas são projetados para que todas as crianças possam participar e aprender. Inclusão também requer a descoberta de métodos de ensino diversos, de modo a envolver ativamente todas as crianças nas salas de aula. Significa também encontrar maneiras de cultivar amizades, relacionamentos e respeito mútuo entre todas as crianças e entre as crianças e os professores na escola.
A educação inclusiva não é destinada apenas a algumas crianças. A inclusão não é algo para o qual uma criança precise estar preparada. Todas as crianças estão sempre prontas para frequentar escolas convencionais e participar das salas de aula. Sua inclusão não é algo que precise ser conquistado.
A educação inclusiva representa uma abordagem que visa tornar nossas escolas um ambiente onde todas as crianças possam participar. Criatividade pode significar professores aprendendo a ensinar de maneiras diferentes ou planejando suas aulas de forma que todas as crianças possam se envolver. Como um valor, a educação inclusiva reflete a expectativa de que desejamos que todos os nossos filhos sejam valorizados e aceitos ao longo de suas vidas.

Incluir todas as crianças em salas de aula regulares é a base da educação inclusiva. Contudo, isso não impede que crianças individualmente possam sair da sala de aula por motivos específicos, como necessitar de auxílio especial em determinada disciplina. Uma reflexão cuidadosa é necessária nas escolas inclusivas sobre a frequência com que uma criança pode se ausentar da sala de aula regular e as razões para isso, incluindo possíveis salas de aula separadas durante parte do dia letivo. (MORINO.2012, p.23)

Apesar das intenções benevolentes das leis e políticas, as desigualdades subjacentes tendem a agravar as necessidades dos alunos, resultando na distribuição desigual de oportunidades educacionais e na exclusão de uma educação de qualidade para muitos. Mesmo antes da pandemia, uma em cada cinco crianças, adolescentes e jovens estava completamente excluída do sistema educacional. O estigma, os estereótipos e a discriminação contribuem para alienar ainda mais milhões de alunos dentro das salas de aula, com a crise atual agravando diferentes formas de exclusão.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA HISTÓRIA
A educação inclusiva precisa garantir que todos os alunos tenham acesso a um ensino de qualidade, atendendo eficazmente às diversas necessidades de uma maneira que seja acolhedora, receptiva, respeitosa e solidária.
Os alunos devem participar do programa educacional em um ambiente de aprendizagem inclusivo, com suporte para reduzir e eliminar barreiras e obstáculos que possam levar à exclusão. É evidente que muitos professores não estão devidamente preparados para receber alunos com necessidades especiais, seja por receio do desconhecido, falta de preparo, desinteresse ou até mesmo preconceitos.

A inclusão envolve a identificação e a eliminação de obstáculos, o que implica na coleta contínua de informações valiosas para atender ao desempenho dos alunos, planejar e estabelecer metas, garantindo a presença, participação e aquisição de todos os alunos. A presença está relacionada à frequência e à pontualidade dos alunos em seu processo educacional. A participação diz respeito à percepção dos alunos sobre sua própria aprendizagem e a qualidade acadêmica. A aquisição refere-se aos resultados da aprendizagem em termos de todo o conteúdo curricular dentro e fora da escola. (RODRIGUES, 2008, p. 13)

A escola tem a missão de preparar os alunos para a sociedade, para o mundo exterior, no entanto, a sociedade ainda não está completamente pronta para receber essas pessoas especiais, pois, apesar de estarem ambos no caminho da inclusão, ainda é necessário superar alguns paradigmas e preconceitos.
A literatura científica sobre os benefícios de ambientes de aprendizagem interativos para alunos com necessidades especiais concentra-se principalmente em escolas regulares e na relação com alunos sem necessidades especiais. Alunos com deficiências mais se-

veras, que necessitam de suporte abrangente para acessar o conteúdo curricular e habilidades não acadêmicas, como interação social, tendem a ser sub-representados. É crucial compreender os possíveis efeitos que ambientes de aprendizagem interativos em ambientes segregados especiais podem ter sobre estudantes de educação especial, visando aprimorar suas competências acadêmicas e sociais.

Embora todos os alunos possuam a característica de ter uma deficiência, um grupo de estudantes não pode ser considerado homogêneo, pois a diversidade entre os estudantes é vasta e as dificuldades e habilidades variam consideravelmente. Nesse sentido, os avanços na neurociência contribuem com conhecimentos sobre o cérebro e indivíduos com diversas deficiências.

Segundo Carvalho, (2004, p. 77):

A legalidade, os textos teóricos e os discursos proferidos garantem os direitos, mas a efetivação desses direitos depende das ações concretas, à medida que os dispositivos legais e as deliberações contidas nas políticas públicas são postas em prática. Para tanto, é crucial não apenas prever, mas também prover recursos de todas as naturezas, permitindo que os direitos humanos sejam genuinamente respeitados. São necessárias diversas medidas políticas, administrativas e financeiras para que as escolas acolham todas as crianças, sem discriminação de qualquer natureza, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras...

A maioria dos educadores não ingressa na profissão esperando trabalhar com alunos consistentemente bem-comportados, entusiasmados e bem-sucedidos, que se sentam tranquilamente em fileiras, ouvindo palestras dos professores. A maioria dos professores também não espera que todos os seus alunos usem obedientemente seus processos cognitivos mais elevados para memorizar, priorizar, analisar e refletir sobre tudo o que ouvem. Pode haver dias em que essa perspectiva pareça atrativa, mas na maioria das vezes, professores e alunos têm ao menos uma coisa em comum: seus cérebros são inspirados e estimulados pelo desafio.

O que torna os professores verdadeiramente educadores é o reconhecimento, apreciação e respeito pelas diferenças dos alunos. As diversas inteligências, talentos, habilidades, interesses e origens dos alunos enriquecem nossas escolas e nossas vidas como educadores.

À medida que os professores se esforçam para atender às necessidades de todos os alunos, percebem que não há uma distinção clara e consistente entre alunos "especiais" e "regulares". Os mesmos alunos não estarão sempre no topo ou no fundo quando avaliados em relação às suas habilidades intelectuais, sociais, físicas e criativas.

Com a transição de um modelo dividido entre educação especial e educação geral para um sistema de inclusão unificado, os educadores mais bem-sucedidos serão aqueles que trabalham em conjunto, compartilhando recursos e conhecimentos para atender a todas as necessidades dos alunos da melhor maneira possível.

Ao longo das últimas duas décadas, a ideia de inclusão tem ganhado mais destaque e importância em muitos países ao redor do mundo (UNESCO, 2009). Em 1994, sob a orientação da UNESCO, a Declaração de Salamanca convocou os países a oferecer educação a todos os estudantes em ambientes inclusivos, sendo aceita por 92 países e 25 organizações (UNESCO, 1994).

Embora alguns países tenham implementado políticas inclusivas baseadas na Declaração de Salamanca, há evidências de que nem todos os alunos com necessidades educacionais especiais se beneficiam de escolas inclusivas, e os estudantes com necessidades educacionais especiais ainda enfrentam desafios relacionados à segregação educacional explícita.

Carvalho (1997) afirma que:

Todas as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças com deficiência, superdotadas, em situação de rua, que trabalham, de origem remota ou nômade, pertencentes a minorias linguísticas, étnicas, culturais e outros

grupos em desvantagem ou marginalizados. No contexto destas ações, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas as crianças ou jovens cujas necessidades surgem de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças enfrentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, têm necessidades educacionais especiais em algum momento de sua trajetória escolar. As escolas devem encontrar maneiras de educar com sucesso todas as crianças, incluindo aquelas com deficiências graves. (CARVALHO, 1997, p. 27)

Com a Declaração de Salamanca, tornou-se evidente que a educação inclusiva não se refere apenas às pessoas com deficiência, mas a todas as pessoas, com ou sem deficiência, que possuem necessidades educacionais especiais de forma temporária, intermitente ou permanente (SASSAKI, 1998).
Para alcançar uma maior inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, reduzir sua segregação educacional e aumentar sua participação em ambientes inclusivos, é fundamental identificar barreiras e encontrar maneiras de superá-las. Além disso, a pesquisa sobre modelos de inclusão nas escolas pode auxiliar no entendimento das práticas inclusivas, aprender com experiências de terceiros e aprimorar a implementação da inclusão nas escolas.
De acordo com Werneck (2002, p. 36-37):

A inspiração para a reunião em Salamanca, na Espanha, foi reafirmar o direito de todas as pessoas à educação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1984, e reiterar o compromisso da comunidade internacional em cumprir o estabelecido na Conferência Mundial sobre Educação para Todos.

A mudança de crenças sociais, culturais, filosóficas, econômicas e políticas influenciou as tendências na educação de pessoas com deficiência, passando pela segregação, categorização, integração e inclusão recente. Os primeiros serviços educacionais para alunos com necessidades especiais foram oferecidos para surdos e cegos na Europa no século XVIII e foram aprimorados ao longo do século XIX.

No início do século XX, foram estabelecidas novas escolas para indivíduos com outras deficiências, como mobilidade. Inicialmente, instituições de caridade e organizações religiosas forneciam serviços para alunos com necessidades especiais, considerados incultos e inúteis, o que levava à concepção da educação como uma questão de caridade e não de direitos humanos. Posteriormente, esses movimentos foram incorporados aos serviços nacionais de educação, com uma abordagem segregada.
Em 1994, a Declaração de Salamanca foi promulgada pela UNESCO, convocando os países a promover ambientes inclusivos (UNESCO, 1994). Esta declaração foi adotada por 92 países e 25 organizações, elevando o movimento em direção à inclusão a um nível global. A inclusão é um conceito multidimensional que abrange várias áreas, como políticas sociais, educação, leis e emprego.
Embora seja um movimento internacional, não há uma definição internacional ou universalmente aceita de inclusão. Como conceito complexo e desafiador, a inclusão é definida e conceituada de várias maneiras, causando confusão. No entanto, o cerne de todas as definições de inclusão é identificar e valorizar a educação inclusiva nas escolas.

OS PROFESSORES E SEU PAPEL NA INCLUSÃO
A educação inclusiva tem sido reconhecida como uma meta universal há mais de duas décadas, desde a Declaração de Salamanca (1994). Esse objetivo foi ainda mais reforçado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015), sendo o primeiro tornando a educação inclusiva um direito humano fundamental, e o último vinculando-o a uma agenda global de desenvolvimento mais ampla. O papel central do professor é de extrema importância se desejamos oferecer uma educação universal e inclusiva para todos.
Países ao redor do mundo estão empenhados em desenvolver a educação inclusiva em seus contextos individuais. Simultaneamente, os esforços de colaboração de agências internacionais como o Banco Mundial, UNICEF, IIEP, UNESCO, doadores e outros estão focados em construir um entendimento comum da necessidade de mudanças sistêmi-

cas em todo o mundo.
É essencial realizar pesquisas comparativas internacionais para esclarecer diferentes compreensões da educação inclusiva em diversos países e como a história cultural única de um país impacta a implementação da inclusão em seu contexto local. O papel dos professores é crucial nesse processo.

Quanto mais conhecemos um determinado fato ou assunto, mais seguros nos sentimos em relação a ele. O novo gera insegurança e instabilidade, demandando reorganização e mudança. É comum resistirmos ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas têm causado desestabilização e resistência (MINETTO, 2008, p.17).

As políticas de formação de professores que promovem atitudes positivas e a implementação da educação inclusiva em cada contexto específico de cada país são chaves para o sucesso. Reconhece-se que abordagens que funcionam bem em países de alta renda podem não estar disponíveis em países de baixa renda. É fundamental que os professores não se sintam isolados, mas sejam apoiados por meio de liderança incentivada, colaboração com outros professores e, sempre que possível, com outros profissionais disponíveis na escola ou na comunidade em geral.
De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996, artigo 62, a formação de professores para atuar na educação básica deve ser realizada em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. A lei também admite a formação mínima em nível médio, na modalidade Normal, para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental (BRASIL, 2006).
Em muitos países, o debate sobre inclusão ainda se restringe frequentemente à questão do local apropriado para educar crianças que não estão aprendendo da melhor maneira. No entanto, a inclusão envolve a utilização de abordagens criativas para fornecer educação de qualidade a todas as crianças em escolas regulares, enraizadas em suas comunidades locais. Essas estratégias de apoio criativo são fundamentadas em boas práticas pedagógicas e apoio, baseados em atitudes positivas dos professores, uma educação eficaz e profissional dos professores para a inclusão, contribuindo para a eficácia adequada dos professores, além de conhecimentos e habilidades para utilizar métodos de ensino eficazes para todas as crianças.
A formação em pedagogia inclusiva durante o treinamento inicial dos professores é fundamental para apoiar o aprendizado de todas as crianças. Os professores precisam ser expostos a situações que os desafiem a ensinar diversos grupos de alunos nas salas de aula de educação geral, aprimorando sua eficácia e promovendo atitudes mais positivas em relação à inclusão.
Segundo Demo (1987, p. 39): “a atividade científica é um atributo de todos que desejam se dedicar à descoberta de novos conhecimentos, buscando novas relações e colocando teorias a serviço do entendimento”.
Uma mudança de pensamento crucial é que uma criança com necessidades educacionais específicas em uma sala de aula de educação geral não deve ser encaminhada para outro local para receber apoio. Pelo contrário, esforços mais intensivos de apoio devem ser desenvolvidos nas salas de aula regulares, onde todos os alunos podem receber suporte para participar e aprender efetivamente. Quando necessário, profissionais de apoio devem ser direcionados à escola da criança para colaborar com professores e alunos na busca de soluções inclusivas que funcionem para todos. Isso apoia o aprendizado das crianças em ambientes familiares, promovendo interações sociais positivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial passou por transformações significativas no século XX, com movimentos sociais buscando igualdade e integração de alunos com deficiência, desafiando a escola a assumir a responsabilidade pelos problemas de aprendizagem apresentados. O Brasil tem avançado gradualmente nesse sentido, com inclusão em escolas regulares, acessibilidade física, suporte clínico e pedagógico, formação contínua para professores, materiais específicos, salas de apoio e auxílio em atividades intra e extra-

classe.
Entretanto, esses avanços não são suficientes para garantir uma educação de qualidade para alunos com deficiência. A escola deve se adaptar para atender às necessidades dos alunos, não o contrário. Os professores desempenham papéis cruciais nesse processo de exclusão e inclusão, sendo essencial que busquem formação continuada específica para atender adequadamente aos alunos deficientes.
Muitos professores ainda demonstram resistência à inclusão e não estão preparados para atender alunos com deficiência. A formação continuada é essencial para mantê-los atualizados e capacitados a lidar com as mudanças constantes. A neurociência pode ser uma aliada valiosa para auxiliar os professores que lidam com a diversidade de alunos inclusos nas salas de aula atualmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília. OIT; Fortaleza, UECE. 1996.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília.1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1998.

CARVALHO, Rosita Édler. Educação Inclusiva: Com os Pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, G. B. J. Diagnóstico da deficiência Mental no Contexto de Inclusão. 2001. CARVALHO, Rosita Edler. A nova LDB e a Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA.

CONSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Neurociências e Educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORDE, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: 1994.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. 2º ed. São Paulo: Atlas,1987.

EDUCAÇÃO. Inclusão: qualidade para todos. Nova Escola. ANO XIV, nº 123.

FACÍON, J. R. Inclusão Escolar e Suas Implicações. Curitiba: Ibpex, 2005. FERREIRA, Windtz Brazão. De docente para docente: práticas de ensino e diversidade para a educação básica. São Paulo: Summus, 2007.

FOREST, M.; PEARPOINT, J. Inclusão: um programa maior. In: MANTOAN, M.T. E. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997, p.137-141.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. Campinas – S.P. – Editora Scipione. 1989.

MARCHESI, Álvaro. A Prática das escolas inclusivas. In: Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

RODRIGUES, D. Revista da Educação Especial. Ed. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-58, jul./out. 2008.
MEC, Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental Educação Especial, série atualidades pedagógicas, 1998.

MINETTO, M. F. O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 4ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. As escolas inclusivas na opinião mundial. Revista Nacional de Reabilita-

ção, São Paulo, ano 2, n. 2. p. 7-10, jan./fev. 1998.

WERNECK, C. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.